

Sumário

Prefácio.....	IX
1 Introdução	1
2 O Tribunal Constitucional e Sua Jurisdição nos Sistemas Jurídicos Brasileiro e Alemão: a Partir da Constituição Federal de 1988 e a Lei Fundamental da Alemanha de 1949	7
2.1 A Formação de um Tribunal Constitucional	11
2.1.1 Conceito de formação	13
2.1.2 Sistemas que dialogam com o cânone de Tribunal Constitucional.....	21
2.2 Da Jurisdição Constitucional.....	26
2.2.1 A Jurisdição Constitucional em um Tribunal Constitucional	29
2.2.2 Controle de Constitucionalidade como elemento definidor de um Tribunal Constitucional.....	32
2.3 As Diferenças entre o Modelo Europeu (Tribunal Constitucional Federal da Alemanha) de Jurisdição Constitucional e o Supremo Tribunal Federal.....	40
2.3.1 O Tribunal Constitucional fora do Poder Judiciário	43
2.3.2 O Supremo Tribunal Federal e suas características como Tribunal Constitucional	48
2.4 Comentários	54
3 O Princípio da Publicidade Como Dever Constitucional do Estado	57
3.1 O Princípio da Publicidade: No Rol de Direitos Fundamentais	61
3.1.1 Fundamento e pressuposto de aplicação: o dever subjetivo de publicidade a partir da dimensão subjetiva.....	69
3.2 A Aplicação do Princípio da Publicidade.....	73
3.3 Tv Justiça e o Princípio da Publicidade: Algumas Considerações.....	75
3.4 Comentários	86

4 O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e o Princípio da Publicidade.....	89
4.1 Os Marcos Comparativos Entre o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e o Supremo Tribunal Federal.....	91
4.2 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade na Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.....	95
4.3 A Estrutura de Julgamentos Constitucionais no Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.....	98
4.3.1 Caso levados a deliberação.....	102
4.3.2 Modelo deliberativo e a publicidade das decisões.....	107
4.3.3 A escolha dos juízes no Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.....	113
4.4 Comentários.....	116
5 Supremo Tribunal Federal e o Princípio da Publicidade dos Julgamentos: a Inauguração da Tv Justiça.....	119
5.1 Modelo Deliberativo: Interno x Externo.....	121
5.1.1 Diálogos entre democracia deliberativa com o modelo de deliberação aberta.....	125
5.2 Criação da Tv Justiça: A Escolha Pelo Modelo Deliberativo Externo	129
5.2.1 Consequências da deliberação externa.....	133
5.2.2 Compreensão do princípio da publicidade dos julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal.....	138
5.3 A Ideia da Colegialidade: A Dinâmica Não Colegiada Decisória do Supremo Tribunal Federal.....	141
5.4 A Necessidade da Deliberação Externa Para a Publicidade dos Julgamentos?.....	145
5.5 Comentários.....	147
6 A Politização dos Julgamentos por Meio da Tv Justiça: a Publicidade em Análise na Corte Constitucional Brasileira.....	153
6.1 A Influência da Transmissão dos Julgamentos no Processo Deliberativo do Supremo Tribunal Federal.....	157

6.2 A Existência da Função Contramajoritária do Supremo Tribunal Federal no Contexto da Deliberação Aberta	162
6.3 A TV Justiça Como Instrumento de Legitimação Externa: o Desenvolvimento da Politização.....	167
6.4 O Projeto de Lei 7004/2013: A Tv Justiça em Análise	174
6.5 Comentários	179
7 Considerações Finais.....	183
Referências.....	193